

**COORDENAÇÃO NACIONAL DE ARTICULAÇÃO DE
QUILOMBOS – CONAQ: ATORES SOCIAIS E SUAS FORMAS DE
CAPITAIS.**

*Nacional Coordination of Quilombos's articulation: social actors and the
capital forms*

Hélen Barcellos da Silva Martins

Mestranda do Programa de pós graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – CPDA/UFRRJ.

RESUMO

A Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos – CONAQ busca representar as Comunidades Quilombolas brasileiras em espaços institucionais e não institucionais com o objetivo de obter a titulação e o reconhecimento governamental de terras tradicionalmente ocupadas, formular e defender a implementação de políticas públicas aplicáveis a estes territórios, e assim, melhorar a qualidade de vida destas populações. Interessa-nos observar como se dá o processo de nascimento, organização e institucionalização desta entidade e o ativismo político das lideranças, estas emergiram a partir da condução política desta organização. Acredita-se que estas lideranças, no exercício de sua militância, acumulam capitais (utilizaremos como referencial teórico-metodológico base o trabalho de Pierre Bourdieu, 1986, em que descreve “As formas de Capital”) ao longo do tempo, que os permitem conhecer as dinâmicas institucionais governamentais, elaborar projetos de captação de recursos, aprender a linguagem necessária a compreensão dos processos e para convencimento político, gestual em reuniões e dentre outros acúmulos. Desta forma, a atuação política e a obtenção de capital social, cultural e político as proporcionam acesso a informações e as colocam em destaque, possibilitando um aumento de seu nível de formação escolar/acadêmico, atuação em cargos públicos comissionados e outras formas de condução, produção e reprodução da vida.

Palavras chave: Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos – CONAQ;
Formas de Capitais; Atores Sociais;

ABSTRACT

The National Coordination of Quilombos's Articulation - CONAQ seeks to represent the Brazilian Quilombos's Communities in institutional and non-institutional spaces in order to obtain government recognition and titling of lands traditionally occupied, formulate and advocate the implementation of public policies applicable to these territories, and thus improve the quality of life of populations. Interests us observe how the birth process, organization and institutionalization of this entity and the political activism of leaders, they emerged from the political leadership of this organization. It is believed that these leaders, in the exercise of its militancy, accumulate capital (we use as theoretical and methodological framework based on the work of Pierre Bourdieu, 1986, in which he describes "The forms of capital") over time, allowing them know governmental institutional dynamics, prepare draft capita resources, learn the language needed to understand the processes and politician, gestures and persuasion in meetings among other accumulations. Thus, political action and obtaining social, cultural and political capital to provide access to information and put them in focus, allowing an increase in their level of school / academic training, commissioned performance in public office and other driving production and reproduction of life.

Keywords: Coordenation National of Quilombos's Articulation - CONAQ; Forms of Capital; Social actors;

Este presente trabalho tem como objeto de estudo a Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos – CONAQ, esta organização busca representar as Comunidades Quilombolas brasileiras em espaços institucionais e não institucionais com o objetivo de obter a titulação e o reconhecimento governamental de terras tradicionalmente ocupadas, formular e defender a implementação de políticas públicas aplicáveis a estes territórios, e assim, melhorar a qualidade de vida destas populações.

Como tema interessa-nos observar como se dá o processo de nascimento, organização e institucionalização desta entidade, o ativismo político das lideranças oriundas de comunidades quilombolas que desenvolvem este trabalho, com o objetivo de compreender os ganhos e perdas pessoais e políticas resultantes desse ativismo, pensar como a ação coletiva reflete nas condutas individuais e na produção e reprodução da vida cotidiana destes atores sociais e quais os resultados políticos desse ativismo para as comunidades quilombolas brasileiras, no que diz respeito aos objetivos traçados pela organização, a partir dos estudos de Pierre Bourdieu.

Segundo Figueiredo (2011), o fim do século XX, na América Latina marca a emergência de um constitucionalismo multiculturalista, configurando-se na garantia de direitos étnicos para as populações negras tradicionais. As duas últimas décadas, foram marcadas pela elaboração de novas Constituições federais nos países latino-americanos, em muitos casos como resultado de processos de redemocratização. Estas Constituições distinguiram-se, dentre outras coisas, por trazerem em si uma perspectiva multiculturalista, elaborando a especificidade e diversidade de grupos étnicos e a afirmação de seus direitos. Em um primeiro momento, tais formulações de direitos diziam respeito apenas ao território, posteriormente ampliando-se para os direitos sociais, culturais e políticos destas comunidades, conhecidas como “povos originários” e “comunidades afrolatinas” (Figueiredo, 2011).

Seguindo esta tendência, a Constituição Brasileira de 1988 marcou a inclusão das comunidades quilombolas como sujeito de direitos no país, ao garantir os títulos de propriedade aos remanescentes destas comunidades que estiverem ocupando suas terras. Este dispositivo legal possibilitou que diversos agentes pudessem utilizar esta plataforma como dispositivo para alcançar suas demandas por direitos fundiários, sociais e culturais. Assim, a Constituição de 1988 possibilitou a estas comunidades o reconhecimento de suas particularidades culturais, consolidando a perspectiva normativa do comunitarismo multiculturalista, institucionalizando os direitos coletivos e ampliando a concepção de “dignidade da pessoa humana”. (Figueiredo, 2011).

No mesmo ano, em 22 de agosto, é fundada a Fundação Cultural Palmares, entidade ligada ao ministério da Cultura, que tem como objetivo principal promover e preservar a cultura afro-descendente, identificando-a como um patrimônio nacional. Este órgão governamental é responsável, dentre outras coisas, por emitir as certificações aos quilombos nacionais, esta certificação é importante, pois somente comunidades que a possuem podem acessar políticas públicas governamentais específicas. Esta entidade, até o ano de 2013 emitiu cerca de 2.272 certificações, há ainda cerca de 220 processos em aberto e calcula-se por volta de 549 comunidades identificadas, ou seja, que não abriram processo de certificação.

No ano seguinte, em 1989, ocorreu a Convenção 169 sobre Povos Indígenas e Tribais em Países Independentes da Organização Internacional do Trabalho (OIT), instrumento internacional mais antigo, e único instrumento jurídico de caráter

vinculante, que versa sobre o direito destas comunidades no mundo. Após a convenção, esta agência tripartite da ONU – a OIT é a única agência da ONU que possui em igual número Estados e Organizações de trabalhadores, tem acumulado experiência na implementação dos direitos desses povos, no que se refere ao direito de autonomia e controle de suas próprias instituições, formas de vida e desenvolvimento econômico, propriedade da terra e de recursos naturais, tratamento penal e assédio sexual, dentre outras questões. A OIT, desde então, estabelece mecanismos de monitoramento e controle de aplicação de suas convenções e recomendações, desta forma, os Estados ratificantes apresentam relatórios anuais e as organizações não governamentais de trabalhadores registrados na organização podem acionar estes mecanismos, contra seus Estados, sempre que necessário.

Desta forma, no plano legal, em abril de 2004, a Convenção nº 169 da OIT foi promulgada pelo Decreto nº 5.051, sendo recepcionada como legislação pátria no Brasil. Em conjunto com o decreto nº. 4887, este dispositivo foi responsável por incluir as comunidades remanescentes de quilombo no plano de políticas nacionais, aproximando conceitos como os de grupo étnico e povos tribais.

Outro marco importante que baliza a mobilização nacional ativista em torno dos direitos das comunidades negras rurais quilombolas ocorreu em Brasília, em 20 de novembro de 1995, a “Marcha Zumbi contra o racismo, pela cidadania e pela vida”, organizada pelo Movimento Negro Unificado (MNU), reuniu aproximadamente 30 mil ativistas de todo o país. No artigo intitulado “Trajetória dos discursos sobre ações afirmativas: da Marcha Zumbi dos Palmares a Conferência de Durban” (2013), Almeida e Souza, assinalam a importância desta atividade para a construção de políticas afirmativas no país, ao inaugurar a mudança de um discurso predominante na sociedade brasileira sobre a não existência do racismo, mas preconceitos de fundo sócio-econômicos, não etnicorraciais, ao descrever esta mudança afirmam que,

Na época da Assembleia Constituinte, em 1988, o governo valorizou as teses acadêmicas sobre negritude que focavam a desigualdade histórica. Os grupos de trabalhos (GTs) e mesas redondas (MRs) sobre questão racial se restringiram a temas sobre abolição e cultura negra, com o foco na desigualdade racial a partir do argumento econômico. As justificativas, portanto, não serviam de suporte às ações afirmativas, pois, negligenciavam a construção e/ou fortalecimento da identidade negra. A referência à cultura negra expressiu a contribuição dos costumes africanos na formação da nação brasileira, ou seja, na elaboração do ideal de cidadania universal. Em contrapartida, os discursos sobre abolição remetiam aos processos da assinatura da Lei Áurea. A escravidão foi apontada nos eventos como o fator principal na explicação da desigualdade histórica na sociedade brasileira. Quando os GTs e MRs indicaram a escravidão como fator explicativo da desigualdade histórica, favoreceram a emergência do argumento de que os negros sofrem preconceito não diretamente por causa das características fenotípicas, e sim pela dificuldade em incorporar para si à visão de mundo e os valores morais concernentes à era moderna. Como se vê, mais uma vez a causa fundamental da desigualdade entre as raças é instalada na dimensão da luta econômica e cultural entre as classes. (ALMEIDA E SOUZA, 2013, p. 6)

Na Marcha Zumbi, o movimento social negro entregou ao então presidente Fernando Henrique Cardoso um relatório sobre a situação da população negra brasileira, reivindicando uma solução para os problemas sócio-raciais e econômicos encontrados, uma destas soluções seria a adoção de ações afirmativas. Argumentando que o foco dos

problemas relativos à população negra não residiam em questões puramente econômicas. Assim,

A demanda pelas políticas de discriminação positiva da Marcha Zumbi dos Palmares levou FHC a reconhecer em 1995 o problema público do preconceito racial brasileiro. Ao reconhecer tal problema o governo levou em consideração os trabalhos acadêmicos patrocinados pelo próprio Estado, no ano de 1988, sobre a desigualdade histórica, com justificativas distribuídas entre os temas de raça, cultura e economia. (ALMEIDA E SOUZA, 2013, p. 6)

Em aproveitamento á mobilização causada em torno da Marcha Zumbi, ativistas do movimento social negro distribuíram-se em grupos específicos, buscando articular-se em torno de temas setoriais, em paralelo à agenda oficial da atividade. Atores do MNU do Maranhão e quilombolas deste estado propuseram aos demais ativistas remanescentes de quilombos de outros estados e que estariam presentes na marcha a realização do um primeiro encontro destas comunidades. Segundo Costa,

É uma história de resistência que garantiu a continuidade da existência de centenas de quilombos. Sem dúvida uma sobrevivência sofrida, mas com vitórias. Diante da resistência, tornou-se impossível para o governo brasileiro não responder às demandas desse movimento. Essa situação foi consolidada a partir da afirmação da ação coletiva expressa na realização do I Encontro Nacional de Comunidades Negras Rurais Quilombolas, realizado em novembro de 1995, em Brasília/DF. As comunidades negras rurais quilombolas alteraram a capacidade de mobilização regionalizada exercitada nas últimas décadas, colocando a problemática do negro do meio rural como questão nacional. Como mecanismo de organização, constituíram a Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos (CONAQ). (COSTA, 2008, p.3)

Antes desse momento, as comunidades quilombolas organizavam-se em coletivos regionais onde buscavam reivindicar políticas públicas locais, de forma desarticulada, a maioria absoluta delas nem mesmo se reconheciam como quilombolas, este processo de articulação nacional somado as conquistas sociais de cunho governamentais possibilitaram a construção de uma identidade quilombola nacional, de caráter étnico crescente. O'Dwyer (2002) ao discutir a forma de identidade quilombola, a partir dos estudos de Barth, afirma que,

Para Barth, os critérios e sinais de identificação implicam a persistência dos grupos étnicos e também uma “estrutura de interação” que permite reproduzir as diferenças culturais ao “isolar” certos segmentos da cultura de possíveis confrontações e, ao mesmo tempo, sua interação em outros setores. Pode-se alegar que essa definição das comunidades negras rurais remanescentes de quilombos como grupos étnicos atributivos — que devem ser definidos a partir de sinais e emblemas considerados socialmente significativos pelo grupo, e não por um olhar classificador de um observador externo — dá margem a manipulações pelos atores sociais da identidade étnica. (O'DWYER, 2002, p.16)

Desta forma, no que se refere à identidade quilombola conclui que,

As identidades étnicas são igualmente “imperativas”, não podendo ser suprimidas temporariamente por outras definições mais favoráveis da situação de contato interétnico. A observação dos processos de construção dos limites étnicos e sua persistência no caso das comunidades negras rurais — também chamadas terras de preto, com a vantagem de ser uma expressão

nativa, e não uma denominação importada historicamente e reutilizada — permite considerar que a afiliação étnica é tanto uma questão de origem comum quanto de orientação das ações coletivas no sentido de destinos compartilhados. Pode-se concluir, como no caso precedente dos direitos indígenas, que os laudos antropológicos ou relatórios de identificação sobre as comunidades negras rurais (para efeito do art.68 do ADCT) não podem prescindir do conceito de grupo étnico, com todas as suas implicações. (O'DWYER, 2002, p.16)

Ou seja, pode-se compreender que o processo de construção de uma identidade quilombola, deu-se ao longo do tempo em articulação com o movimento social negro nacional que, por sua vez, se referencia na experiência histórica de resistência quilombola e no ideário de luta pela liberdade, lembrando que a identidade quilombola remete-se em primeira instância aos episódios de luta pela sobrevivência em oposição as condições de vidas herdadas do processo histórico escravista brasileiro. Como afirma Costa,

“Mocambos”, “quilombos”, “comunidades negras rurais” e “terras de preto”, em verdade, referem-se a um mesmo patrimônio cultural inestimável e em grande parte desconhecido pelo próprio Estado, pelas autoridades e órgãos fundiários. As autodenominações dos camponeses dizem respeito a uma herança histórica, que se renova há várias gerações de negros trazidos para o Brasil na condição de escravos. E, para muitos desses grupos, a sociedade envolvente ainda é tida como um ambiente hostil. Os Quilombos de hoje correspondem às chamadas terras de preto, ou comunidades negras rurais, que se originaram, de fazendas falidas, das doações de terras para ex-escravos, das compras de terras pelos escravos alforriados, da prestação de serviços de escravos em guerras (Balaiada, Paraguai) e das terras de Ordem Religiosa deixadas a ex-escravos no início da segunda metade do século XVIII. (COSTA, 2008, p.1)

Souza (2008), ao descrever a íntima relação entre identidade quilombola e resistência, salienta que,

A identidade quilombola traz ao longo de sua história uma dimensão de resistência. Por esse processo de resistência entendo que não seja apenas o elemento histórico da fuga das fazendas, uma vez que muitos quilombos não trazem esse elemento como constituinte de seu processo de formação. Por resistência se entende os processos empreendidos por esses grupos para manterem se ao longo de sua história como sujeitos que se constituem enquanto grupo etnicamente diferenciado, com seus aspectos identitários específicos, com seu modo próprio de viver. Por resistência se entende a luta constante das comunidades quilombolas pelo direito de existir, de um existir que pressupõe intrinsecamente uma rede de relações estabelecidas que permeia a batalha cotidiana pelo direito ao território, às tradições, à identidade. (SOUZA, 2008, p.9)

Em conformidade a esta idéia de construção de identidade étnico quilombola e a este conceito de resistência, no que diz respeito ao ativismo desses atores, o objetivo deste trabalho é compreender a influência e participação da CONAQ na luta pela obtenção dos títulos de propriedade da terra destas comunidades tradicionais e na formulação de políticas públicas específicas para estes territórios. Esta pesquisa parte do pressuposto que a CONAQ começa a se desenhar no primeiro encontro realizado em Brasília em 1995, e tem sua criação efetivada no ano seguinte, no segundo encontro, os terceiro e quarto encontros serviram para delinear o formato organizacional da entidade. Neste contexto histórico, lideranças emergiram a partir da condução política desta organização, entende-se por lideranças aqui as pessoas que possuem ou possuíram

cargos na executiva da CONAQ, que participaram ativamente de um ou mais encontros e que adquiriram tarefas de representar institucionalmente a organização em espaços governamentais, em reuniões com agências internacionais e nacionais de fomento, e outras formas de representação.

Acredita-se que estas lideranças, no exercício de sua militância, acumulam capitais específicos ao longo do tempo, que os permitem conhecer as dinâmicas institucionais governamentais, elaborar projetos de captação de recursos, aprender a linguagem necessária a compreensão dos processos e para convencimento político, gestual em reuniões e dentre outros acúmulos. Desta forma, a atuação política destas lideranças e esta obtenção de capital social as proporcionam acesso a informações e as colocam em destaque, se comparado as condições de vida dos demais quilombolas brasileiros, possibilitando um aumento de seu nível de formação escolar/acadêmico, atuação em cargos públicos comissionados e outras formas de condução, produção e reprodução da vida.

O foco desta pesquisa reside na atuação de seus membros e nas estratégias de atuação, observando em que medida o seu comprometimento com a instituição e o contato com suas tarefas e deveres são capazes de fornecer lhes capitais sociais, culturais e políticos específicos que reflitam na possibilidade de mudanças estruturais em suas vidas pessoais, proporcionando uma relação dialética, que os permite converter estas mudanças em possíveis ganhos e perdas concretos para a organização e/ou para as comunidades atendidas pelas políticas conquistadas.

Com a finalidade de compreender o indicativo central deste trabalho utilizaremos como referencial teórico-metodológico base o trabalho de Pierre Bourdieu (1986) em que descreve “As formas de Capital”. Neste trabalho o autor refuta a idéia de que o Capital, tal como abordado nas teorias econômicas, seriam apenas um instrumento resultante de trocas mercantis e nos fornece mais duas formas de capitais: O Capital Cultural e o Capital Social. Segundo o autor,

And the structure of the distribution of the different types and subtypes of capital at a given moment in time represents the immanent structure of the social world, i.e. , the set of constraints, inscribed in the very reality of that world, which govern its functioning in a durable way, determining the chances of success for practices. (BOURDIEU, 1986, p.46)

Ou seja, para Bourdieu (1986), compreender as formas de capitais é importante para auxiliar aos pesquisadores à compreenderem a própria estrutura do mundo social, pois os detentores de maior capital são os que determinam o seu funcionamento deste mundo. Assim,

The class of practices whose explicit purpose is to maximize monetary profit cannot be defined as such without producing the purposeless finality of cultural or artistic practices and their products; the world of bourgeois man, with his double-entry accounting, cannot be invented without producing the pure, perfect universe of the artist and the intellectual and the gratuitous activities of art-for-art's sake and pure theory. In other words, the constitution of a science of mercantile relationships which, inasmuch as it takes for granted the very foundations of the order it claims to analyze – private property, profit, wage labor, etc. – is not even a science of the field of economic production, has prevented the constitution of a general science of the economy of practices, which would treat mercantile exchange as a particular case of exchange in all its forms. (BOURDIEU, 1986, p.46)

Desta forma, o autor delinea as três formas fundamentais de capital, a saber,

Depending on the field in which it functions, and at the cost of the more or less expensive transformations which are the precondition for its efficacy in the field in question, capital can present itself in three fundamental guises: as economic capital, which is immediately and directly convertible into money and may be institutionalized in the forms of property rights; as cultural capital, which is convertible, on certain conditions, into economic capital and may be institutionalized in the forms of educational qualifications; and as social capital, made up of social obligations ('connections'), which is convertible, in certain conditions, into economic capital and may be institutionalized in the forms of a title of nobility. (BOURDIEU, 1986, p.47).

Neste presente trabalho, o que interessa compreender quais são as formas de capital responsáveis por impactar na vida das lideranças ativistas da CONAQ, ou seja, como as formas de capital abordadas por Bourdieu são ou foram capazes de promover transformações pessoais, e acredita-se dialeticamente, institucionais no arranjo da organização. Com relação ao capital cultural, Bourdieu (1986) afirma haver três subtipos: a forma encarnada ou incorporada, ou seja, é a forma de transição hereditária do capital cultural, de forma inconsciente é repassada por gerações desde o nascimento, e por isso a qual se dedica mais tempo, sendo apropriada individualmente.

Para análise das lideranças da CONAQ, podemos compreender que este tipo de capital não se aplicaria de acordo com os padrões de uma elite social, visto que o capital cultural encarnado dos membros destas comunidades tomam referências em outros parâmetros históricos de comportamento, aos quais, acredita-se nesta pesquisa, vem sendo resgatados nos últimos anos como forma de pertencimento e identificação, com a finalidade de legitimar-se enquanto comunidades tradicionais, recebendo assim a titulação de terras de uso comunal e atraindo políticas públicas específicas. O segundo subtipo, cunhado pelo autor, seria a forma objetivada. Esta subforma de capital seria mensurável em relação ao capital cultural encarnado, pois, pressupõe materialidade, exemplificando nas palavras do autor,

Cultural capital, in the objectified state, has a number of properties which are defined only in the relationship with cultural capital in its embodied form. The cultural capital objectified in material objects and media, such as writings, paintings, monuments, instruments, etc., is transmissible in its materiality. A collection of paintings, for example, can be transmitted as well as economic capital (if not better, because the capital transfer is more disguised). But what is transmissible is legal ownership and not (or not necessarily) what constitutes the precondition for specific appropriation, namely, the possession of the means of 'consuming' a painting or using a machine, which, being nothing other than embodied capital, are subject to the same laws of transmission. (BOURDIEU, 1986, p.50).

Ou seja, a apropriação de bens culturais podem se apresentar de forma material, através da compra de um determinado produto, mas também de forma simbólica, ou seja, precisa-se compreender como utilizar determinado produto, como manuseá-lo, o seu valor cultural, ou seja, como consumi-lo. Ainda segundo Bourdieu (1986), esta subforma de capital pode ser apropriado por agentes e utilizado como uma arma na luta do campo da produção cultural.

Ao tratarmos da CONAQ, podemos observar os esforços da organização em utilizar-se de armas como esta na construção de novos significados no que se refere ao que denominam uma “Cultura Quilombola”, como exemplo pode se citar a cultura do Jongo, antes marginalizado e rejeitado pelas gerações mais recentes, esta dança hoje toma destaque e recebe incentivos governamentais específicos em pró de sua continuidade nas comunidades quilombolas brasileiras. Neste sentido, compreendemos nesta pesquisa que a obtenção de capital cultural objetivado, pelas lideranças da CONAQ, ao apreender as dinâmicas institucionais necessárias para argumentar sobre a importância desse resgate, elaborar projetos e formular políticas públicas e compreender o funcionamento das instâncias governamentais, os permitiram avançar em direção a melhorias para suas comunidades e, principalmente, melhorias de foro pessoal social.

A terceiro subforma de capital cultural formulada pelo autor, refere-se ao estado institucionalizado, ou seja, aquela que se refere a obtenção de obtenção de qualificação acadêmica, uma forma de impor o reconhecimento e receber a legitimação social. Esta forma de capital cultural pode ser facilmente contabilizado em capital econômico, pois o valor econômico dos detentores da titulação varia de acordo com sua escassez na sociedade estudada.

No caso da CONAQ, podemos observar que algumas lideranças alcançaram seus diplomas acadêmicos, a despeito de suas ambições anteriores a entrada na organização, ou seja, acredita-se nesta pesquisa que o capital cultural acumulado ao longo de tempo de atuação proporcionou a possibilidade de investimento acadêmico-profissional, através da obtenção de informações e direcionamentos que antes em suas comunidades não teriam contato. Os membros da CONAQ tiveram, e ainda possuem, íntimo contato com pesquisadores em universidades, acredita-se que este diálogo possa influenciá-los na obtenção de títulos acadêmicos, como parte de uma estratégia na qual este discurso seja fundamental para uma mudança de paradigmas na sociedade brasileira com relação ao imaginário quilombola, por exemplo.

Embora as definições de capital cultural feitas por Bourdieu (1986) sejam de fundamental importância para a pesquisa aqui realizada, as definições de capital social do autor, mostram-se ainda mais interessantes para compreender a relação entre o acúmulo das lideranças das diversas formas de capital e suas implicações institucionais para a CONAQ. Bourdieu (1986) define capital social como,

Social capital is the aggregate of the actual or potential resources which are linked to possession of a durable network of more or less institutionalized relationships of mutual acquaintance and recognition – or in other words, to membership in a group – which provides each of its members with the backing of the collectivity-owned capital, a ‘credential’ which entitles them to credit, in the various senses of the word. These relationships may exist only in the practical state, in material and/or symbolic exchanges which help to maintain them. They may also be socially instituted and guaranteed by the application of a common name (the name of a family, a class, or a tribe or of a school, a party, etc.) and by a whole set of instituting acts designed simultaneously to form and inform those who undergo them; in this case, they are more or less really enacted and so maintained and reinforced, in exchanges. Being based on indissolubly material and symbolic exchanges, the establishment and maintenance of which presuppose reacknowledgment of proximity, they are also partially irreducible to objective relations of

proximity in physical (geographical) space or even in economic and social space. (BOURDIEU, 1986, p.51)

Ou seja, o autor ao observar sobre esta possibilidade da construção de redes duráveis de trocas e reconhecimento mútuo, remete-nos nesta pesquisa, as formas de reconhecimento alcançadas pela CONAQ, e ao reconhecimento de suas lideranças como porta vozes desta instituição, capazes de acessar, inclusive a cargos públicos, fruto desta rede de contatos. Acredita-se, nesta pesquisa, que as redes de contatos e parcerias feitas com a CONAQ, ao logo destes anos, possibilitaram o acúmulo de trocas simbólicas e materiais que permitiram a instituição e seus membros mais ativos obterem lucros.

Segundo o autor, a consagração da constituição simbólica interna reafirma através de suas trocas os limites do grupo. Esta passagem faz-nos pensar sobre os escritos de Barth (1969) ao descrever as forma de construção de barreiras étnicas dos grupos, as idéias de pertença e não pertença. Bourdieu (1986) sobre este assunto, ao construir exemplos sobre o novo membro de uma instituição familiar, através do casamento, em consonância com Barth, afirma que,

Each member of the group is thus instituted as a custodian of the limits of the group: because the definition of the criteria of entry is at stake in each new entry, he can modify the group by modifying the limits of legitimate exchange through some form of misalliance. (BOURDIEU, 1986, p.52)

Esta afirmação aplica-se ainda a outras formas de organização social, como no caso deste estudo, a uma organização de movimento social de caráter ativista, a CONAQ. Ainda segundo Bourdieu (1986) é a pessoa dotada de capital social, não o grupo, fato que permite que surjam lideranças em grupos que atuam de forma institucionalizada, neste sentido,

Every group has its more or less institutionalized forms of delegation which enable it to concentrate the totality of the social capital, which is the basis of the existence of the group (a family or a nation, of course, but also an association or a party), in the hands of a single agent or a small group of agents and to mandate this plenipotentiary, charged with plena potestas agendi et loquendi, to represent the group, to speak and act in its name and so, with the aid of this collectively owned capital, to exercise a power incommensurate with the agent's personal contribution. (BOURDIEU, 1986, p.53)

Bourdieu (1986) assinala assim, que este porta voz do grupo atrai para si, através desta delegação e reconhecimento, um título de nobreza que o permite personificar e falar em nome do grupo, confundindo-os e promovendo um culto a personalidade, alertando assim para uma espécie de poder simbólico destes representantes. Neste sentido, torna-se imperativo a esta pesquisa compreender as relações entre as lideranças e a instituição, suas formas de obtenção de capitais (em suas três formas: econômico, cultural e social), e as redes nas quais estas lideranças inserem-se em nome da organização, com a finalidade de conhecer os ganhos e perdas político-pessoais e as relações dialéticas e pouco delimitadas entre o institucional e o privado.

Para realização deste trabalho, a compreensão dos conceitos de habitus, campo e campo político cunhados por Pierre Bourdieu ao longo de sua produção acadêmica fornece elementos analíticos importantes. Numa tentativa de romper com o dualismo

imposto pelo objetivismo e subjetivismo das tradições epistemológicas fenomenologistas e estruturalistas desenvolve o conceito de *habitus*, numa perspectiva em que localiza o agente individual no mundo social, compreendendo suas experiências e ações como derivativos de estruturas sociais e simbólicas, oriundas de diferentes escolhas, conjunturas, possibilidades de absorção e compreensão da realidade.

Para Bourdieu, este agente é constrangido e constrange as estruturas sociais, age sobre elas e através de lutas específicas nos campos em que esteja inserido, as modifica ou contribui para que permaneçam, é um processo relacional e dialético, no qual estas estruturas apresentam certa rigidez, mas são passíveis de mudança. Bem como estes agentes que através de capitais sociais e culturais, adquiridos ao longo da vida e das relações em campos sociais, também estão em constante mudança. Assim, Setton (2002) esclarece que em Bourdieu,

*Habitus surge então como um conceito capaz de conciliar a oposição aparente entre realidade exterior e as realidades individuais. Capaz de expressar o diálogo, a troca constante e recíproca entre o mundo objetivo e o mundo subjetivo das individualidades. Habitus é então concebido como um sistema de esquemas individuais, socialmente constituído de disposições estruturadas (no social) e estruturantes (nas mentes), adquirido nas e pelas experiências práticas (em condições sociais específicas de existência), constantemente orientado para funções e ações do agir cotidiano. Pensar a relação entre indivíduo e sociedade com base na categoria *habitus* implica afirmar que o individual, o pessoal e o subjetivo são simultaneamente sociais e coletivamente orquestrados. O *habitus* é uma subjetividade socializada. Dessa forma, deve ser visto como um conjunto de esquemas de percepção, apropriação e ação que é experimentado e posto em prática, tendo em vista que as conjunturas de um campo o estimulam. (SETTON, 2002, p. 63)*

Desta forma, “Bourdieu propõe que a prática não seja nem o precipitado mecânico de ditames estruturais nem o resultado da perseguição intencional de objetivos pelos indivíduos” (WACQUANT, 2007, p.66). Ou seja, o *habitus* pressupõe uma relação dinâmica entre a realidade estrutural no qual o indivíduo está inserido em conjunto com as percepções individuais, que são construídas simbolicamente em sociedade. Araújo (2009) ao contribuir com o entendimento do conceito de *habitus* em Bourdieu afirma que,

O conceito de “habitus” recupera a dimensão individual e simbólica dos fenômenos sociais, a dimensão do agente que interage com a realidade social, não sendo apenas o resultado de suas determinações, nem, por outro lado, determinando-a. As nossas estruturas mentais sofrem condicionamento social. Existe uma dimensão do social que está inscrita em nós. Compartilhamos com os outros agentes, categorias, percepções que orientam nossas condutas e que as tornam significativas. É o “habitus”, este princípio gerador de nossas práticas, de nossas ações no mundo, fundamento da regularidade de nossas condutas. Todas as nossas condutas são orientadas em relação a determinados fins sem que este processo seja consciente ou signifique uma obediência cega a regras. (ARAÚJO, 2009, p.38)

Neste sentido, a autora afirma que o *habitus* indica o funcionamento de uma regularidade nas ações do agente, mas que não é constrangido por regras rígidas condicionantes, as ações podem ser previstas, pois os agentes tendem a agir de determinadas formas diante de determinadas situações, embora haja a possibilidade

de agirem de forma diferente, tudo dependerá da conjuntura, tomada de decisão e outros fatores combinados.

Assim, a noção de campo em Bourdieu torna-se complementar ao conceito de habitus. Segundo ele, “O campo pode ser considerado tanto um ‘campo de forças’, pois constrange os agentes nele inseridos, quanto um ‘campo de lutas’, no qual os agentes atuam conforme suas posições, mantendo ou modificando sua estrutura”. (BOURDIEU, 1996, p.76). Ou seja, o conceito de campo em Bourdieu refere-se ao espaço social no qual os agentes estão inseridos, movimentando-se e praticando suas ações. Estes seriam compreendidos como microcosmos no mundo social, e podem ser observados separadamente, divididos em vários tipos, através de suas características específicas. Setton (2002), neste contexto, afirma que

A relação de interdependência entre o conceito de habitus e campo é condição para seu pleno entendimento. Ou seja, a teoria praxiológica, ao fugir dos determinismos das práticas, pressupõe uma relação dialética entre sujeito e sociedade, uma relação de mão dupla entre habitus individual e a estrutura de um campo, socialmente determinado. Segundo esse ponto de vista, as ações, comportamentos, escolhas ou aspirações individuais não derivam de cálculos ou planejamentos, são antes produtos da relação entre um habitus e as pressões e estímulos de uma conjuntura. (SETTON, 2002, p.64)

O tema deste trabalho consiste em observar a atuação da organização da sociedade civil organizada Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos – CONAQ, em especial, a atuação de suas lideranças na condução das atividades da organização, seus ganhos e perdas políticas, seu habitus e como se movimentam no campo político e quais os benefícios e malefícios para a entidade e, conseqüentemente, para as comunidades quilombolas do país. Desta forma, a noção de campo político contribui para a compreensão da atuação destes agentes. Bourdieu (2011) define o campo político como uma parcela particular presente na totalidade de campos existentes no mundo social, segundo o autor,

Falar de campo político é dizer que o campo político (e por uma vez citarei Raymond Barre) é um microcosmo, isto é, um pequeno mundo social relativamente autônomo no interior do grande mundo social. Nele se encontrara um grande número de propriedades, relações, ações e processos que se encontram no mundo global, mas esses processos, esses fenômenos, se revestem aí de uma forma particular. É isso o que está contido na noção de autonomia: um campo é um microcosmo autônomo no interior do macrocosmo social. (BOURDIEU, 2011, p.195)

Para Bourdieu (2011) existe uma gênese do campo político que está ligada a um processo oligárquico, que concentra o poder político nas mãos de poucos, no qual existem condições diferenciadas de acesso à política, dividindo os indivíduos em dominantes e dominados. Segundo o autor,

Essa constatação da capacidade desigual de acesso ao campo político é extremamente importante para evitar naturalizar as desigualdades políticas (uma das grandes tarefas permanentes da sociologia é a de recolocar a história no princípio de diferenças que, espontaneamente, são tratadas como diferenças naturais). Há, portanto, condições sociais de possibilidade de acesso a esse microcosmo, como, por exemplo, o tempo livre: a primeira acumulação de capital político é característica de pessoas dotadas de um excedente econômico que lhes possibilita subtrair-se as atividades produtivas,

o que lhes permite colocar-se na posição de porta voz. Além do tempo livre, há este outro fator que é a educação. (BOURDIEU, 2011, p.196)

Bourdieu (2011) afirma que ao habituar-se com o funcionamento do campo o agente adquire formas de lhe dar com a realidade intra campo, desenvolve habilidades necessárias para que a produção da política seja possível, ou seja, adquire o capital social necessário para ingressar neste novo espaço social. A saber,

O que é importante é o aprendizado de todos esses saberes e de todas essas habilidades que lhe possibilitam comportar-se normalmente, isto é, politicamente, em um campo político, que lhe abrem a possibilidade de participar no que habitualmente se chama de “a política politiqueria”. Essa percepção do jogo político é o que faz com que se possa negociar um compromisso, que se silencie a respeito de algo que habitualmente se diria, que se saiba proteger discretamente os amigos, que se saiba falar aos jornalistas. (BOURDIEU, 2011, p.200)

No entanto, o campo político configura-se em um campo de forças antagônicas, onde as lutas buscam transformar as relações de força internas, por este motivo é importante, ao analisar um campo, considerar a posição dos agentes no campo em determinados momentos e situações. Assim, identifica como agente de um campo aquele que é capaz de mudar o estado de um campo, afirmando ainda que o pertencimento a um campo tenha sua ocorrência a partir dos próprios limites impostos por ele. Os princípios de divisão política são reflexos dos grupos presentes na sociedade e das forças sociais nela atuantes, assim como as lutas políticas, refletem lutas ideológicas desses grupos, desta forma,

As lutas políticas são lutas entre responsáveis políticos, mas nessas lutas os adversários, que competem pelo monopólio da manipulação legítima dos bens políticos, tem um objeto comum em disputa, o poder sobre o Estado (que em certa medida põe fim a luta política, visto que as verdades de Estado são verdades transpolíticas, pelo menos oficialmente). As lutas pelo monopólio do princípio legítimo de visão e de divisão do mundo social põem pessoas dotadas de poderes desiguais. Pode-se dizer que em cada campo opera um tipo de poder. (BOURDIEU, 2011, p.203).

Neste sentido, afirma que cada campo político tem uma forma de capital associada, cujos limites de validade e eficácia estão ligados ao interior do campo específico. No caso do campo político, o capital político - distribuído de forma desigual no campo, está relacionado à notoriedade e ao reconhecimento público. O autor afirma que, as lutas políticas são lutas por classificação envolvendo princípios intelectuais de visão e divisão do mundo social, uma ação intelectual que produz uma ação política passível de mobilização, assim “As disputas do mundo político são sempre duplas; são combates por idéias, mas, como estas só são completamente políticas se se tornam idéias-força, são também combates por poderes.” (BOURDIEU, 2011, p.206). Os movimentos sociais, como atores políticos no campo político inseridos nesta disputa teriam dificuldade de alcançarem expressão na lógica do mundo político. No entanto, há outros atores que podem auxiliar os movimentos sociais, apoiando-os, para o autor,

Os irresponsáveis, que já mencionei diversas vezes esta noite, são pessoas que procuram dar força, no campo político, a movimentos que não podem, por sua própria força, chegar a ser aí reconhecidos. Talvez seja preciso inventar novas formas de manifestação, novas formas de mobilização política. Parte da eficácia desses movimentos sociais deveu-se ao fato de que eles receberam a assistência técnica de certo número de pessoas possuidoras

de senso político e de capital político para conseguir lhes dar uma expressão visível, para fazer com que eles acedam à percepção. (BOURDIEU, 2011, p.209)

Ou seja, a associação de movimentos sociais com outros atores sociais podem produzir ganhos políticos no campo político no qual estão atuando, as formas de manifestação, segundo o autor, importantes para dar visibilidade ao movimento, são potencializadas em seu capital cultural e social. Esta presença de diversos agentes causa um problema de definição dos limites do campo político. Muitos são os atores que influenciam sobre ele e as lutas políticas consistem, justamente, na possibilidade redefinição destas fronteiras políticas, ou seja, a legitimidade de atuação no campo. Desta forma,

Essas lutas inspiram-se em uma revolta contra o fechamento do campo político, contra sua definição estrita, e militam por uma ampliação do campo político. Um dos problemas é o de saber como transformar a divisão do trabalho político de maneira tal que o acesso ao sistema político seja ampliado, que mais pessoas possam exercer efeitos nesse campo. Essa relativa imprecisão em minha análise corresponde ao fato de que as fronteiras do campo político constituem elas mesmas algo que está em disputa nessas lutas. Para além das oposições políticas, há no campo político inúmeros fenômenos que resultam de uma solidariedade voltada para a defesa dessas fronteiras. (BOURDIEU, 2011, p.210)

Bourdieu atribui ainda substancial importância aos espaços governamentais de decisão política, neste sentido, podemos compreender como o Campo político da luta quilombola os espaços governamentais onde discutem se as questões relativas a titulação e formulação de políticas públicas para Quilombos, a saber, a Fundação Cultural Palmares – entre 1988 e 2004 responsável pela titulação dos territórios quilombolas e atualmente responsável por emitir certificações para estas comunidades; a Secretaria Especial de Políticas de Igualdade Racial – Responsável por articular ministérios programas sociais existentes para CRQ, bem como, o Programa Brasil Quilombola que formula e aplica políticas públicas para estas comunidades; e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – responsável pela titulação de territórios quilombolas no Brasil.

Para concluir, a partir desta reflexão, podemos utilizar os conceitos de Bourdieu para compreender a existência de um habitus quilombola, formado a partir da vivência em comunidades tradicionais, esse habitus associa-se com conhecimentos adquiridos no Campo político, desta forma os agentes políticos, representantes da CONAQ cujo papel é a representação na busca pela garantias de direitos territoriais e políticas públicas para estas comunidades e inseridos no campo político, dialogam com estas duas realidades e adquirem capitais sociais, culturais e políticos que os permitem desenvolver o habitus político necessário para o desenvolvimento de suas atividades ativistas.

Bibliografia

ALMEIDA, Virítiana Aparecida de e SOUZA, Nelson Rosário de. Trajetória dos argumentos sobre as ações afirmativas: da marcha Zumbi dos Palmares à conferência de Durban. Artigos v. 1, n. 2 ago. 2013

ARAÚJO, F.M.de B. *Algumas reflexões em torno dos conceitos de campo e de habitus na obra de Pierre Bourdieu*. In Revista Perspectivas da Ciência e Tecnologia v.1, n.1, jan-jun 2009. p.31-40.

BARTH, Frederik (1998/1969) “Grupos étnicos e suas fronteiras” in Philippe Poutignat e Jocelyne Streiff-Fenart, Teorias da etnicidade. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 186-227.

BOURDIEU, P. *Coisas Ditas*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990. 234p.

_____. *Razões Práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papirus, 1996. 231p.

_____. *Campo político*. In Revista Brasileira de Ciência Política, nº 5. Brasília, Jan/Jul 2011, pp. 193-216.

_____. Economia das trocas simbólicas. São Paulo, Editora Perspectiva, 2011, 361

_____. The forms of capital. IN: J. Richardson (Ed.) Handbook of theory of research for the sociology of education. New York. Greenwood. pp.241- 258.

COSTA, Ivan Rodrigues. CONAQ: Um Movimento Nacional dos Quilombolas. Jornal Iroín, 2008.

Versão digital disponível em:

http://www.institutobuzios.org.br/documentos/CONAQ_UM%20MOVIMENTO%20NACIONAL%20DOS%20QUILOMBOLAS.pdf

FIGUEIREDO, André Luiz Videira de. *O Caminho Quilombola*. Curitiba, Editora Appris, 2012.

O'DWYER, Eliane Cantarino (org). Quilombos: identidade étnica e territorialidade. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002. 296p. Co-edição : Associação Brasileira de Antropologia

SETTON, Maria da Graça Jacintho. *A teoria do habitus em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea*. In Revista brasileira de educação. Universidade de São Paulo, Faculdade de Educação. Maio/Jun/Jul/Ago 2002 Nº 20. p.60-70.

SOUZA, Barbara Oliveira. *Movimento Quilombola: Reflexões sobre seus aspectos político-organizacionais e identitários*. Anais 26ª. Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 01 e 04 de junho, Porto Seguro, Bahia, Brasil, 2008.